

Habeas Corpus nº: **0002970-37.2014.8.17.0000 (0331137-1)**

Comarca Origem: **Vara Criminal de São Lourenço da Mata**

Impetrante: **Bel. Ricardo Toscano Dias Pereira**

Paciente: **Diogo Liberato Costa**

Relator: **Des. Mauro Alencar de Barros**

Procuradora de Justiça: **Dra. Judith Pinheiro Silveira Borba**

Órgão Julgador: **2ª Câmara Criminal**

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS* LIBERATÓRIO. HOMICÍDIO QUALIFICADO NA FORMA TENTADA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. FEITO COMPLEXO. PLURALIDADE DE RÉUS. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. TRÂMITE REGULAR. APLICAÇÃO DA SÚMULA 84, DO TJPE. RECOMENDAÇÃO DE ANTECIPAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO. PROVA DA EXISTÊNCIA DO CRIME E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. DECISÃO FUNDAMENTADA EM ELEMENTOS CONCRETOS. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. A instrução transcorre, na medida do possível, de forma regular, sem a constatação de qualquer desídia por parte do juízo processante que, até o momento, demonstrou total observância aos preceitos constitucionais do contraditório e da ampla defesa, tendo se pronunciado e impulsionado o feito sempre que necessário.
2. O excesso de prazo no encerramento da instrução criminal só constitui constrangimento ilegal quando injustificado, não assim se a demora resulta das peculiaridades do feito. Nesse ponto, cabível a adoção da Súmula 84, do TJPE.
3. No caso sob exame, trata-se de crime grave, em que são investigados três réus, supostamente envolvidos numa organização criminosa, que necessita também de expedições de carta precatórias, o que, de fato, torna o feito mais complexo, diante da necessidade de realização de várias diligências para a sua instrução.
4. Recomendação ao magistrado de piso para que verifique a possibilidade de antecipação da audiência de instrução e julgamento.
5. Para fins de prisão provisória, a exigência é que haja indícios suficientes de autoria, e não prova cabal da mesma, servindo esta última para embasar uma eventual condenação.
6. **Ordem denegada. Decisão por unanimidade de votos.**

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *Habeas Corpus* nº 0331137-1, em que figuram, como impetrante, o Bel. Ricardo Toscano Dias Pereira e, como paciente, **Diogo Liberato Costa**, acordam os Desembargadores componentes da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, **em denegar** a ordem do presente *habeas corpus*, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 08 de Maio de 2014.

Des. Mauro Alencar de Barros
Relator

Habeas Corpus nº: 0002970-37.2014.8.17.0000 (0331137-1)
Comarca Origem: Vara Criminal de São Lourenço da Mata
Impetrante: Bel. Ricardo Toscano Dias Pereira
Paciente: **Diogo Liberato Costa**
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Procuradora de Justiça: Dra. Judith Pinheiro Silveira Borba
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

RELATÓRIO

Trata-se de *Habeas Corpus*, com pedido liminar, impetrado pelo advogado Ricardo Toscano Dias Pereira, em favor de **Diogo Liberato Costa**, no qual é apontado como autoridade coatora o Juízo da Vara Criminal de São Lourenço da Mata/PE (proc. nº. 0000766-78.2013.8.17.1350).

O impetrante esclarece que o paciente foi preso em flagrante no dia 21/03/2013, pela suposta prática do delito de tentativa de homicídio qualificado, tendo a custódia sido convertida em preventiva no dia 1º/04/2013.

Informa que a defesa do acusado requereu a concessão da liberdade provisória do paciente, ante a ausência dos requisitos autorizadores para a medida, mas o pleito foi indeferido, sob o fundamento da garantia da ordem pública.

Relata que o Juízo a quo designou audiência de instrução e julgamento para o dia 06/12/2013, mas esta foi adiada para o dia 16/10/2014, razão pela qual o impetrante sustenta que a hipótese comporta o relaxamento da prisão, pois há constrangimento ilegal por **excesso de prazo na formação da culpa**.

Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

Assevera que a defesa não deu causa ao atraso.

Requer, assim, em sede de liminar e no mérito, a concessão da ordem, relaxando a prisão e determinando a expedição do competente alvará de soltura.

Juntou os documentos de fls. 07/191.

Pedido liminar indeferido em decisão de fls. 205/207.

Ofício contendo informações do juízo *a quo* acostado às fls. 212/215, acompanhado dos documentos de fls. 216/235.

Parecer da Procuradoria de Justiça às fls. 240/241, opinando pela denegação da ordem.

É o Relatório.

Recife, 02 de maio de 2014.



Des. Mauro Alencar de Barros

Relator

Habeas Corpus nº: 0002970-37.2014.8.17.0000 (0331137-1)
Comarca Origem: Vara Criminal de São Lourenço da Mata
Impetrante: Bel. Ricardo Toscano Dias Pereira
Paciente: **Diogo Liberato Costa**
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Procuradora de Justiça: Dra. Judith Pinheiro Silveira Borba
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

VOTO

Por meio do presente *Habeas Corpus*, pretende o impetrante ver reconhecido o direito de o paciente aguardar em liberdade o seu julgamento, alegando, para tanto, **excesso de prazo na formação da culpa**.

Examinando detidamente os presentes autos, tenho que a ordem deve ser **denegada**, pelos motivos que declino:

De acordo com as informações prestadas pela autoridade impetrada (fls. 212/215), o paciente foi preso em flagrante delito, juntamente com mais outros 02 (dois) indivíduos, José Marcos da Silva e Pedro Otávio do Nascimento, tendo a custódia sido convertida em preventiva no dia 1º/04/2013.

Relatou que a autoridade policial indiciou o paciente e os outros envolvidos como incurso na prática de tentativa de homicídio qualificado.

Com relação ao andamento do feito, o magistrado de 1º grau pontuou que, em 19/04/2013, o Ministério Público ofereceu denúncia, a qual foi recebida em 07/05/2013, nos moldes propostos, determinando-se a citação dos acusados; que, em 27/05/2013, foram juntadas as respostas à acusação, protocoladas em 22/05/2013, antecipando-se as citações; que em, 16/07/2013, rejeitando as respostas, designou audiência de instrução e julgamento para o

dia 06/12/2013; que um pedido de revogação da prisão preventiva, protocolado em 17/07/2013, foi indeferido, após parecer contrário oferecido pelo Ministério Público; que, devido a problemas de saúde, não pode realizar a audiência de instrução designada, remarcando-a para 16/10/2014.

Esclareceu que indeferiu novo pedido de revogação da prisão preventiva, protocolado em 18/03/2014, mantendo a audiência já designada.

Por fim, afirmou que o processo aguarda o cumprimento das providências necessárias para realização da audiência.

Ora, pelo que se observa, o Judiciário tem se pronunciado e impulsionando o feito sempre que necessário, não se podendo atribuir ao Juízo qualquer responsabilidade pelo alegado retardo na conclusão da instrução.

Não se pode perder de vista que o tempo firmado pela jurisprudência pátria para a conclusão da instrução não é rígido ou absoluto, podendo sofrer dilação, desde que de forma justificada; e que complexidade do feito, pluralidade de réus e necessidade de expedição de cartas precatórias justificam eventual dilação no andamento, nos limites da razoabilidade.

Senão vejamos:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. DESCABIMENTO. MODIFICAÇÃO DA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DO STJ, EM CONSONÂNCIA COM ORIENTAÇÃO ADOTADA PELO PRETÓRIO EXCELSO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. **EXCESSO DE PRAZO. DEMORA JUSTIFICADA. COMPLEXIDADE DO FEITO, PLURALIDADE DE RÉUS E EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE.** GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA E SUFICIENTE. MODUS OPERANDI. PERICULOSIDADE DO AGENTE. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INVIABILIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. – (...). - **Consoante entendimento pacificado nesta Corte, eventual excesso de prazo não resulta de simples operação aritmética, devendo ser analisado à luz do princípio da razoabilidade, sendo certo que é permitido ao juiz, diante da complexidade do caso, extrapolar os limites estabelecidos em lei para conclusão da instrução criminal. - Complexidade do feito, pluralidade de réus e a expedição de cartas precatórias justificam a dilação do prazo para formação da culpa, nos limites da razoabilidade.** – (...) Habeas corpus não conhecido. (HC 212.472/MT, Rel. Ministra MARILZA MAYNARD (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE), QUINTA TURMA, julgado em 26/02/2013, DJe 04/03/2013) (grifos e omissões nossos).

Nesse ponto, cabível a adoção da Súmula 84, desta Egrégia Corte, que assim dispõe:

"Os prazos processuais na instrução criminal não são peremptórios, podendo ser ampliados dentro do parâmetro de razoabilidade e diante das circunstâncias do caso concreto".

Portanto, no que tange ao alegado excesso de prazo, razão não assiste ao impetrante já que, a despeito do decurso do tempo desde a prisão em flagrante delito, a contagem do prazo deve ser feita de maneira global e não isoladamente, como pretendido. Eventual retardo em um ato pode ser compensado em outro.

Nada mais correto, pois uma pequena perda de tempo na realização de um ato procedimental, como, p. exemplo, na remessa do inquérito policial a Juízo ou no oferecimento da denúncia, pode ser recuperada posteriormente, durante a instrução, sem que haja um comprometimento do prazo global estabelecido para a formação da culpa.

Além disso, é importante destacar a complexidade do caso, envolvendo 03 (três) acusados, e o tipo penal cometido, o que, de per si, acarretam uma demora normal e razoável no andamento do processo.

Ademais, o próprio Superior Tribunal de Justiça, reconhecendo a necessidade de certa flexibilização na condução dos feitos, já se posicionou no sentido de que **somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo quando este for motivado por descaso injustificado do Juízo, o que não se verifica na presente hipótese.**

Sobre o assunto, destaco trecho do seguinte julgado:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. (...). 2. Somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo, quando este for motivado por descaso injustificado do Juízo, o que não se verifica na presente hipótese. 3. (...) Pedido liminar prejudicado. (RHC 37.440/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 25/06/2013, DJe 01/08/2013) (grifos e omissões nossos).

Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

Registro, por último, que esta 2ª Câmara Criminal, em sessão realizada no dia 16 de abril de 2014, julgou o **HC nº 0328909-2**, impetrado em favor de José Marcos da Silva, corréu da mesma ação penal a qual responde o paciente (Proc. nº 0000766-78.2013.8.17.1350), **cuja ordem foi denegada, à unanimidade de votos.**

Ante o exposto, em não havendo coação ilegal a ser reparada pela presente impetração, **o meu voto pela denegação da ordem** do presente *Habeas Corpus*, recomendando apenas ao Magistrado de piso que verifique a possibilidade de antecipar a audiência de instrução designada para o dia 16/10/2014.

É como voto.

Recife, 07 de maio de 2014.


Des. Mauro Alencar de Barros

Relator